

Os cursos de Ciências Sociais e Sociologia no Brasil: história e configurações

Social Sciences and Sociology courses in Brazil: history and configurations

Cursos de Ciencias Sociales y Sociología en Brasil: historia y configuraciones

Cristiano das Neves Bodart – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Caio dos Santos Tavares – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

RESUMO

Este artigo examina a ampliação dos cursos de Ciências Sociais e Sociologia, no Brasil, considerando: i) as mudanças legislativas; ii) os programas de governo de incentivo às licenciaturas; e iii) a ausência da obrigatoriedade da Sociologia Escolar no currículo nacional (até 2008) e sua reintrodução no ensino médio (após 2009). As bases de dados utilizadas foram extraídas do *síte* e-MEC. Foram identificados, a partir das configurações dos cursos ofertados, três momentos distintos: um marcado pelo foco na formação de quadros técnicos, outro em pesquisadores e um terceiro voltado, prioritariamente, para a formação de professores. A partir de uma combinação de fatores, tais como os recentes incentivos estatais à formação de professores e a reintrodução da disciplina no ensino médio brasileiro, os cursos de licenciatura em Ciências Sociais e em Sociologia vêm se expandindo e superando o número de cursos de bacharelado em Ciências Sociais, no Brasil, dando novos contornos à história dos cursos.

Palavras-chave: Ciências Sociais; Sociologia; História; Formação.

ABSTRACT

This article examines the expansion of Social Sciences and Sociology courses, in Brazil, considering: i) the legislative changes; ii) government programs to encourage teacher training courses; iii) the absence of compulsory School Sociology in the national curriculum (until 2008) and its reintroduction in high school (after 2009). The databases used were extracted from the e-MEC website. From the configurations of the offered courses, we identified three distinct moments: one marked by a focus on the training of technical staff, another on researchers, and a third focused primarily on teacher training. From a combination of factors, such as the recent state incentives for teacher training and the reintroduction of the reintroduction of discipline in Brazilian high school, undergraduate courses in Social Sciences and/or Sociology have been expanding and surpassing the number of baccalaureate courses in Social Sciences and Sociology, in Brazil, giving new contours to the history of these courses.

Keywords: Social Sciences; Sociology; History; Graduation.

RESUMEN

Este artículo examina la expansión de los cursos de Ciencias Sociales y Sociología, en Brasil, considerando: i) cambios legislativos; ii) programas de incentivos de grado del gobierno; iii) la ausencia de Sociología Escolar obligatoria en el plan de estudios nacional (hasta 2008) y su reintroducción en la escuela secundaria (después de 2009). Las bases de datos utilizadas se extrajeron del sitio web de e-MEC. Con base en las configuraciones de los cursos ofrecidos, se identificaron tres momentos distintos: uno marcado por el enfoque en la capacitación del personal técnico, el otro en los investigadores y el tercero, enfocado principalmente en la capacitación de maestros. A partir de una combinación de factores, como los recientes incentivos estatales para la formación del profesorado y la reintroducción de la disciplina en la escuela secundaria brasileña, los cursos de pregrado en Ciencias Sociales y / o Sociología han ampliado y superado el número de cursos de Licenciatura en Ciencias Sociales y Sociología, en Brasil, dando nuevos contornos a la historia de estos cursos.

Palabras-clave: Ciencias Sociales; Sociología; Historia; Formación.

Introdução

A formação de professores de Sociologia¹ para o ensino básico é posterior à presença da disciplina nas escolas brasileiras. Se, por um lado, as primeiras experiências com o ensino de Sociologia Escolar no Brasil ocorreram no Gymnasio Amazonense e na Escola Normal do Estado do Amazonas (BODART; CIGALES, 2020), no Atheneu Sergipense (ALVES, 2005; ALVES; COSTA, 2006) e no Gymnasio Paranaense (ZACHARIAS, 2013) na última década do século XIX, por outro, os primeiros cursos superiores de Ciências Sociais só iniciaram suas atividades no Brasil na década de 1930 (MICELI, 1989). A despeito dessas experiências, a presença da Sociologia Escolar foi marcada por um longo período de quase ausência, isso por conta da sua não obrigatoriedade no currículo do ensino básico nacional (BODART, SOUZA, 2017; BODART; AZEVEDO; TAVARES, 2020).

Ainda que a disciplina de Sociologia não estivesse presente, entre os anos de 1943 e 2007, como componente curricular obrigatório no ensino básico, os cursos de formação de professores de Sociologia para esse nível de ensino continuaram sendo ofertados, no Brasil, como demonstraremos. No ano de 2008, por meio da Lei nº 11.684/08 (BRASIL, 2008), essa disciplina se tornou obrigatória no ensino médio, sendo, geralmente, oferecida nos três anos, com uma ou duas aulas semanais, por série, ampliando, substancialmente, a demanda por professores de Sociologia. Como demonstraram Bodart e Silva (2016), se, em 2007, eram 19.776 professores atuando

¹ A formação de professores de Sociologia dá-se, no Brasil, por meio dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais e, mais recentemente, em Sociologia. Usaremos a expressão “professores de Sociologia” por ser Sociologia a denominação da disciplina no ensino médio, ainda que, de fato, sejam ensinados conteúdos de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política).

no ensino médio com essa disciplina, no ano de 2016, esse número passava a ser de 55.658.

Algumas questões ainda não estão claras para o entendimento das relações entre a ausência e a presença da disciplina e a formação de professores, o que exploramos na presente pesquisa. Historicamente, os cursos de Ciências Sociais estiveram voltados, prioritariamente, para a formação de bacharéis e, mesmo quando se tratavam de cursos de licenciatura, a ênfase acabava sendo bacharelesca² (PINTO, 2012). Como destacou Moraes (2003), vamos encontrar, no Congresso Nacional de Sociólogos de 1984, a recomendação para que as poucas faculdades que ofertavam o curso de licenciatura oferecessem, também, o bacharelado. As que não tivessem condições de manter os dois graus, que extinguissem o curso de licenciatura em Ciências Sociais.

Após a aprovação da Lei nº 11.684/08 (BRASIL, 2008), duas questões correlatas destacam-se: a) como se configuraram, ao longo da história, os cursos brasileiros de Ciências Sociais quanto ao grau formativo (bacharelado/licenciatura)?; e b) o retorno da disciplina de Sociologia ao ensino médio explica, satisfatoriamente, a abertura de novos cursos de licenciatura em Ciências Sociais ou Sociologia? Essas questões merecem ser exploradas, o que é a proposta do presente artigo. Assim, objetivamos pensar, a partir dos dados estatísticos disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC), a configuração dos cursos de Ciências Sociais no Brasil em dois períodos. São eles: a) período de ausência da obrigatoriedade da Sociologia Escolar no currículo nacional e; b) período de reintrodução e permanência da disciplina no ensino médio (após o ano de 2009), ainda que marcado pelas constantes ameaças de sua retirada. Buscaremos considerar, também, o contexto maior que envolve outros cursos e os programas de governo voltados à formação de professores como variáveis de controle.

Para a realização desta pesquisa, utilizamo-nos dos dados oficiais disponibilizados pelo MEC no *site* e-MEC (BRASIL, 2018a). O referido *site* é um portal eletrônico que divulga dados oficiais da educação superior brasileira.

Ainda que haja um *site* onde esses dados são disponibilizados, a forma como são expostos dificulta, e às vezes impossibilita, análises aprofundadas. Os dados não são agrupados em um único espaço, estando expostos de forma individualizada, por instituição de ensino e cursos, tornando sua manipulação difícil. Isso explica, em parte, o motivo de sua subutilização no meio acadêmico.

A fim de obtermos as informações necessárias para a presente pesquisa, foi preciso acessar cada um dos *links* onde se apresentam os dados dos cursos de Ciências Sociais, Antropologia, Sociologia e Ciência Política, em funcionamento, e extrair deles as informações apresentadas na Tabela 1.

² Aqui, “ênfase bacharelesca” refere-se a um currículo voltado, prioritariamente, à formação técnico-teórica, pouco integrada à formação didática e pedagógica dos futuros profissionais.

Tabela 1: Dados observados no *site* e-MEC (2028).

Dados observados	Nome da Instituição de Ensino Superior (IES)
	Data de criação (ano)
	Gestão (pública ou privada)
	Grau (bacharelado ou licenciatura)
	Modalidade (presencial ou à distância)

Fonte: Elaboração própria.

Os dados coletados deram origem a uma base composta por 274 cursos de Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Sociologia e Ciências Humanas, a qual usamos para exposição e análise das informações que julgamos importantes para nossos objetivos.

Após observar o número de cursos de Ciências Sociais entre 1933 e 2017, notamos que, a partir do ano de 2009, houve uma significativa ampliação dos cursos de licenciatura. A fim de averiguar se essa ampliação era típica dos cursos de formação de professores de Sociologia, havendo correlação com a reintrodução da Sociologia Escolar no ensino médio, comparamos esse comportamento evolutivo com outros cursos de formação de professores do ensino médio, sendo eles: Geografia, História e Filosofia. Tal escolha se deu pelos seguintes motivos: i) serem da área das Ciências Humanas; ii) estarem, com exceção da Filosofia, no currículo do ensino médio há muito tempo e; iii) possuírem os graus de bacharelado e licenciatura. Assim, avaliamos se o comportamento observado era ou não típico dos cursos de formação de professores de Sociologia.

Este artigo, a partir de uma análise contextualista focada em aspectos histórico-institucionalistas, volta-se para os dados estatísticos relacionados aos cursos de Ciências Sociais e Sociologia (1933-2017), buscando identificar o foco de formação, assim como compreender os fatores responsáveis por tais configurações.

Os cursos de Ciências Sociais e Sociologia e a formação de professores de Sociologia

A presente seção está subdividida em duas partes. Na primeira, apresentamos um breve histórico dos cursos de Ciências Sociais e Sociologia no Brasil, focando na evolução da oferta. Na segunda parte, buscamos compreender a recente evolução da oferta de cursos de Ciências Sociais e Sociologia, especialmente, de formação de professores de Sociologia.

a) Breve panorama histórico dos cursos de Ciências Sociais e Sociologia no Brasil

O primeiro curso superior de Ciências Sociais surgiu, no Brasil, no ano de 1933 (MICELI, 1989). Contudo, o aparecimento da Sociologia é anterior, estando presente, como disciplina, ora em cursos superiores, ora em cursos secundários, preparatórios e de formação de professores primários (BODART; CIGALES, 2020).

Os "cientistas sociais", do período anterior a 1933, eram, em sua maioria, autodidatas; uns influenciados pelo positivismo de Auguste Comte e marcados por uma visão fundamentada por explicações biológicas e pelo referencial evolucionista (FERNANDES, 1980; NEUHOLD, 2013; SILVA; SILVA, 2012), outros influenciados por uma visão católica, adeptos da Sociologia Católica (BODART; MARCHIORI, 2015; CIGALES, 2019; MEUCCI, 2000; MONTEIRO, 2011). Podemos inferir que as décadas de 1930 e 1940 foram de grande importância para o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil. Nesse período, destacaram-se as análises de Gilberto Freyre, em "Casa Grande e Senzala" (1933) e "Interpretações do Brasil" (1947), Sérgio Buarque de Holanda, em "Raízes do Brasil" (1936) e Caio Prado Jr. em "Formação do Brasil Contemporâneo" (1942), as quais trouxeram para as Ciências Sociais brasileiras novas discussões, cujos temas mobilizaram "[...] conceitos e autores que renovam as interpretações sobre o papel das etnias constitutivas, da mestiçagem, da escravidão, da família patriarcal, do mandonismo, das variações regionais etc." (SILVA; SILVA, 2012, p. 98). Nesse mesmo período, surgiram os primeiros cursos superiores de Ciências Sociais e Sociologia no Brasil; ofertados na Escola Livre de Sociologia e Política (1933), na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) (1934), na Universidade do Distrito Federal (1935), na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1940), na Universidade Federal do Paraná (1940), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1941), na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (1941), na Universidade Federal da Bahia (1941), na Universidade Federal de Minas Gerais (1941), na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1942) e na Universidade Federal de Juiz de Fora (1948) (BRASIL, 2018a). Observamos, por meio da Tabela 2, que apenas o primeiro curso não formava professores de Sociologia.

Tabela 2: Primeiros cursos de Ciências Sociais e Sociologia no Brasil (1933-1949)

Instituição	Gestão	Tipologia/Grau	Ano
Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo*	Privada	Bacharelado	1933
Universidade de São Paulo	Pública	Bacharelado e Licenciatura	1934
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Pública	Bacharelado e Licenciatura	1939
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Privada	Bacharelado e Licenciatura	1940
Universidade Federal do Paraná	Pública	Bacharelado e Licenciatura	1940
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Privada	Bacharelado e Licenciatura	1941
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Pública	Bacharelado e Licenciatura	1941
Universidade Federal da Bahia	Pública	Bacharelado e Licenciatura	1941
Universidade Federal de Minas Gerais	Pública	Bacharelado e Licenciatura	1941

Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Privada	Bacharelado e Licenciatura	1942
Universidade Federal de Juiz de Fora	Pública	Bacharelado e Licenciatura	1948

Nota: O curso ofertado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo era denominado "Sociologia".

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no e-MEC (BRASIL, 2018a).

A criação dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais, no Brasil, dá-se no mesmo contexto de criação dos cursos de bacharelado, tendo eles uma base comum de disciplinas, no formato "3+1", ou seja, os estudantes que optavam pela licenciatura cursavam três anos de disciplinas teóricas do bacharelado e, no último ano, frequentavam disciplinas pedagógicas; sistema de oferta que predominou, até recentemente, no Brasil. Ainda que o número de cursos públicos se sobressaísse, observamos um papel considerável das instituições privadas na oferta de cursos de Ciências Sociais e Sociologia nas duas primeiras décadas de sua existência, no Brasil. Os primeiros cursos voltavam-se, preferencialmente, à formação técnica, embora, na USP, as primeiras turmas tenham sido formadas por mulheres e filhos de imigrantes que buscavam ascensão social a partir dos diplomas. Os integrantes dessas turmas acabavam, em grande medida, atuando como professores nas escolas normais (MICELI, 1987).

O surgimento desses cursos, nos anos de 1930 e 1940, foi o pontapé inicial do processo de institucionalização da área das Ciências Sociais no Brasil (FERNANDES, 1980; MICELI, 1987; 1989), assim como de intensificação da pesquisa sociológica, principalmente, por conta da vinda de pesquisadores estrangeiros para o Brasil, movimento que ficou conhecido como "missão estrangeira" e que contou com

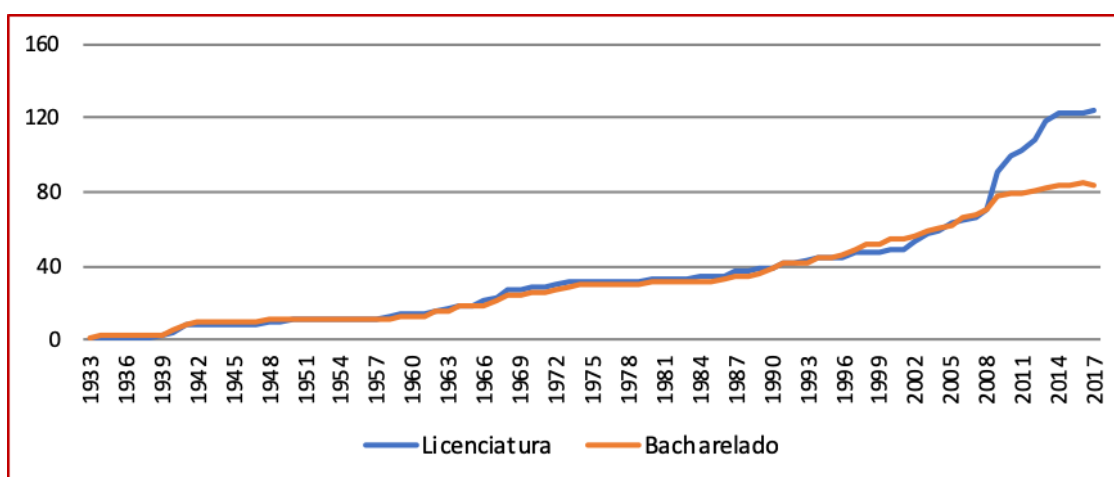
[...] professores universitários, estrangeiros e naturalizados, que constituíram a primeira equipe, no Brasil, de estudiosos especialmente preparados para os estudos sociológicos e antropológicos: Horace Davies, Samuel Lowrie, Claude Levi-Strauss, Paul Arbousse Bastide, Emilio Willems, Herbert Baldus, Jacques Lambert, Roger Bastide, Donald Pierson – americanos, franceses, alemães que nos vieram trazer a cultura universitária no setor das ciências sociais (CANDIDO, 2006, p. 285).

A ampliação das pesquisas, naquele momento, sobretudo as marcadas por análises empíricas, colaborou para a institucionalização da área das Ciências Sociais no Brasil e, conseqüentemente, para a abertura de novos cursos superiores na área. Os primeiros cursos tiveram importante papel nessa institucionalização, em especial, da Sociologia, a qual "[...] esteve vinculada a um projeto de formação de novas elites, que dariam conta de assumir a construção política, econômica e social da nação moderna" (SILVA; SILVA, 2012, p. 105).

A partir de 1964, os cursos de Ciências Sociais e Sociologia³ voltam-se, prioritariamente, para a formação de pesquisadores e professores do ensino superior, o que esteve relacionado com o apoio financeiro governamental e privado à pesquisa, a abertura de cursos de pós-graduação e o treinamento de pesquisadores no exterior (SEGATTO; BARIANI, 2010). "A clássica produção de livros e ensaios vai sendo substituída por relatórios de pesquisa e papers" (*ibidem*, p. 2007). É nesse contexto de maior valorização do bacharelado que vamos observar, no país, uma ampliação relativamente constante de cursos de Ciências Sociais.

Por meio do Gráfico 1, destacamos a evolução do volume de cursos de Ciências Sociais e de Sociologia, no Brasil, sempre ascendente.

Gráfico 1: Evolução dos cursos de licenciatura e bacharelado de Ciências Sociais e Sociologia no Brasil (1933-2017)



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no e-MEC (BRASIL, 2018a).

No ano de 2017, havia, no Brasil, 208 cursos de Ciências Sociais e Sociologia em funcionamento, recomendados e reconhecidos pelo MEC. Esses eram ofertados por Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e públicas, nos graus de licenciatura e bacharelado e nas modalidades presencial e Educação a Distância (EaD).

A primeira vez que o número de cursos de licenciatura em Ciências Sociais superou o volume de cursos de bacharelado, com um curso a mais, foi no ano de 1958. Até o ano de 2008, não notamos disparidade significativa entre licenciatura e bacharelado. Contudo, até então, a formação de pesquisadores sobrepunha-se à preocupação com a formação de professores do ensino básico, o que fica claro ao observar a difícil relação entre bacharelado e licenciatura (MORAES, 2003). No ano de 2009, eram 73 cursos de bacharelado em Ciências Sociais e 1 bacharelado em

³ Até esse período existia, no Brasil, apenas um curso de Sociologia. Esse era ofertado no grau de bacharel na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Esse curso, criado em 1933, manteve-se, até o ano de 1997, como o único curso com essa nomenclatura.

Sociologia. No mesmo ano, haviam 68 cursos de licenciaturas em Ciências Sociais e 14 cursos de licenciatura em Sociologia. Trataremos o período de 2009 a 2017 de forma mais detida em subseção posterior. Como já haviam destacado Oliveira (2015) e Bodart e Tavares (2018), a expansão acelerada das licenciaturas em Ciências Sociais e Sociologia é um fenômeno recente.

Tabela 3: Quantidade de cursos de licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais abertos, no Brasil, por década (1930-2017)

Período	Curso de Ciências Sociais				Total
	Licenciatura	Licenciatura (%)	Bacharelado	Bacharelado (%)	
1930-1939	2	40	3	60,0	5
1940-1949	8	50	8	50,0	16
1950-1959	4	66,6	2	33,3	6
1960-1969	13	54,1	11	45,8	24
1970-1979	5	45,4	6	54,5	11
1980-1989	6	50,0	6	50,0	12
1990-1999	10	40,0	15	60,0	25
2000-2009	41	61,1	26	38,8	67
2010-2017	35	83,3	7	16,6	42
Acumulado	124	59,6	84	40,3	208

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no e-MEC (BRASIL, 2018a).

A partir da Tabela 3, observamos que houve, na década de 1960, a abertura de 24 cursos de Ciências Sociais.

Nas décadas de 1970 e 1980, o volume de abertura de cursos, se comparado com o dos anos de 1960, reduziu pela metade, em cada uma dessas décadas. Considerando o período da Ditadura Militar (1964-1985), é possível contabilizar 33 novos cursos de Ciências Sociais (sendo 17 licenciaturas). Como destacou Saviani (2008), a "Lei da Reforma Universitária", Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968), empreendida pelo Regime Militar brasileiro, direcionou a educação para uma orientação produtivista, tendo sido, naquele ano, realizado um fórum cujo tema era "A educação que nos convém" (SAVIANI, 2008). No ano seguinte, foi promulgado o Decreto nº 464, de 11 de fevereiro de 1969 (BRASIL, 1969), que possuía a seguinte redação em seu artigo 2º:

Será negada autorização para funcionamento de universidade instituída diretamente ou estabelecimento isolado de ensino superior quando, satisfeitos embora os mínimos requisitos prefixados a sua criação não corresponda às exigências do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional (grifo nosso).

Nesse cenário, é difícil imaginar que havia incentivos para a abertura de cursos de Ciências Sociais ou de Sociologia, uma vez que a Sociologia não se configurava como uma disciplina obrigatória na educação básica e, possivelmente, não era vista como correspondente às exigências do mercado de trabalho, nem em

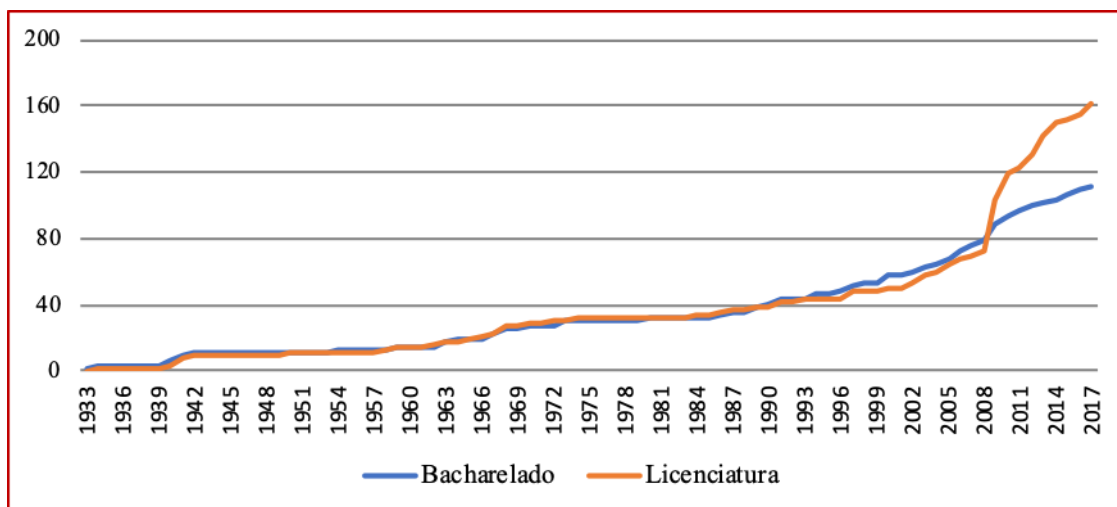
acordo com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional. Essa situação pode, em certa medida, explicar a reduzida abertura de cursos de Ciências Sociais e Sociologia durante os anos de 1970 e 1980.

A partir dos anos de 1990, a abertura de cursos ampliou-se. Depois dos anos 2000, o número de novos cursos de licenciatura em Ciências Sociais e Sociologia superou, substancialmente, o número de cursos de bacharelado. É possível que a reintrodução paulatina da disciplina nos currículos estaduais tenha fomentado a abertura de cursos de formação de professores de Sociologia.

É importante considerar que, mesmo havendo tradição da oferta de cursos denominados Ciências Sociais, recentemente, outros cursos de maior especificidade vêm sendo ofertados, tais como Sociologia (42 cursos), Antropologia (11 cursos) e Ciência Política (13 cursos). Os cursos denominados de Sociologia são, em quase sua totalidade, licenciaturas, enquanto que os cursos de Antropologia e Ciência Política são, em sua totalidade, bacharelados. No caso dos cursos de bacharelado, os avanços particulares de cada uma das áreas das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), a ampliação do campo profissional de atuação do bacharel e o crescente número de pós-graduação *stricto sensu* explicam seus surgimentos. Porém, acreditamos que seja um equívoco a oferta de curso de licenciatura em Sociologia. Se considerarmos a disciplina no ensino básico, *locus* de trabalho docente, constataremos que a formação deve ser em Ciências Sociais, já que, a despeito do nome da disciplina ser Sociologia, o que é ensinado são as Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). Como destacaram Moraes e Bodart (2017, s/p),

[u]m curso de licenciatura em Sociologia pode excluir as demais Ciências Sociais, tornando exclusiva a formação em Sociologia, ignorando que a disciplina escolar de ensino médio Sociologia nunca foi exclusivamente Sociologia, mas um espaço de ensino de conteúdos das três ciências, conforme atestam propostas curriculares oficiais, livros didáticos que circulam desde os anos 1920 e as práticas dos professores.

A existência desses cursos mais específicos poderia mudar a diferença entre o volume de cursos de bacharelado e licenciatura, observado no Gráfico 2. O Gráfico 2 apresenta a evolução do número desses cursos. Notamos que não há alteração substantiva. O ano de 2009 continua sendo o período em que o maior número de cursos de licenciatura foi criado, em comparação com o número de bacharelados.

Gráfico 2: Evolução do número de cursos de licenciatura e bacharelado de Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia e Ciência Política no Brasil (1933-2017)

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no e-MEC (BRASIL, 2018a).

Mesmo considerando os cursos específicos, é clara a expansão da formação de professores de Sociologia. Se, em 2008, havia 73 cursos de licenciatura em Ciências Sociais e Sociologia, no ano de 2017, já eram 162 cursos. Mas, a reintrodução da Sociologia como componente curricular obrigatório em nível nacional é suficiente para explicar a recente expansão dos cursos de formação de professores de Sociologia? Buscaremos discutir essa questão na subseção seguinte.

a) O período pós Lei nº 11.684/08, de 2008: os cursos de formação de professores de Sociologia

Até o ano de 1948, tínhamos, apenas, sete cursos de Ciências Sociais: quatro deles na região Sudeste, dois na região Sul e um na região Nordeste. Nesse mesmo período, encontramos apenas um curso de Sociologia, este na região Sudeste. Transcorridos 70 anos, observamos, em funcionamento, 275 cursos das áreas das Ciências Sociais (Ciências Sociais, Ciência Política, Sociologia e Antropologia), sendo 162 de formação de professores de Sociologia (licenciaturas em Ciências Sociais e Sociologia).

Como demonstrado no Gráfico 2, o volume de cursos de licenciatura ampliou-se, a partir do ano de 2009, ano em que se efetivou o retorno obrigatório da Sociologia nas escolas de ensino médio de todo o país⁴. A Tabela 4 possibilita-nos mais bem observar essa disparidade entre os números de bacharelado e licenciatura

⁴ Para maiores detalhes sobre o processo de reintrodução da Sociologia no ensino básico ver Bodart, Azevedo e Tavares (2020).

em Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia e Ciência Política, fenômeno que é novidade em toda a história desse curso, no Brasil.

Tabela 4 - Cursos de licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia e Ciência Política em números absolutos e percentuais, Brasil, 2009-2017

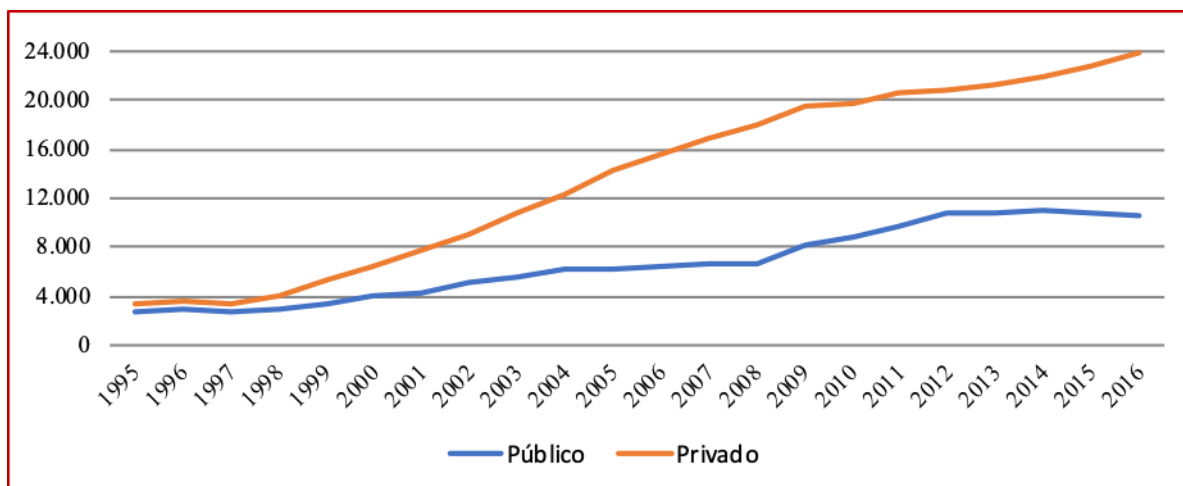
Ano	Curso de Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia e Ciência Política				Total de cursos
	Licenciatura	Bacharelado	Licenciatura (%)	Bacharelado (%)	
2009	104	88	54,17	45,83	192
2010	119	94	55,87	44,13	213
2011	123	97	55,91	44,09	220
2012	131	100	56,71	43,29	231
2013	142	101	58,44	41,56	243
2014	150	104	59,06	40,94	254
2015	152	106	58,91	41,09	258
2016	155	109	58,71	41,29	264
2017	162	112	59,12	40,88	274

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no e-MEC (BRASIL, 2018a).

No ano de 2008, existiam 68 (50%) cursos de licenciatura e 68 (50%) cursos de bacharelado em Ciências Sociais e Sociologia. No ano seguinte, eram, respectivamente, 82 (52,6%) e 74 (47,4%) cursos. Em 2017, essa diferença era, respectivamente, de 112 (58%) para 81 (42%) – mudança que chama a nossa atenção por ter ocorrido em tão curto espaço de tempo. Nesse intervalo, de 2008 a 2017, o incremento de novos cursos de licenciatura foi de 64,7%, enquanto que o de bacharelados foi de 19,1%. Notamos uma mudança substantiva da variável dependente (número de cursos), restando-nos identificar qual(is) teria(m) sido a(s) variável(is) independente(s) que explicaria(m) a rápida expansão dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais e Sociologia. A reintrodução da Sociologia no ensino médio teria sido a variável independente de tal expansão? Essa ampliação do número de cursos não poderia estar associada a outras variáveis independentes? A fim de testar a hipótese de que a reintrodução da Sociologia seria a variável independente que explicaria essa recente expansão, buscamos apropriar-nos de dois parâmetros de controle: i) todos os cursos superiores e; ii) os cursos superiores de Geografia nos graus de bacharelado e licenciatura. Os motivos da escolha desse curso foram apresentados nos procedimentos metodológicos. Usando esses parâmetros de controle, objetivamos observar se a reintrodução da Sociologia, em 2008, explicaria, por si só, a ampliação dos cursos de formação de professores de Sociologia e se tal acréscimo teria ocorrido apenas na disciplina reintroduzida em 2009.

Os Gráficos 3, 4 e 5 apresentam, respectivamente: i) a evolução do número de cursos superiores em geral; ii) a evolução do número dos cursos de Ciências Sociais e Sociologia e; iii) a evolução do número dos cursos de Geografia.

Gráficos 3: Evolução do número de cursos superiores segundo a rede de ensino (pública e privada), Brasil, 1995-2016



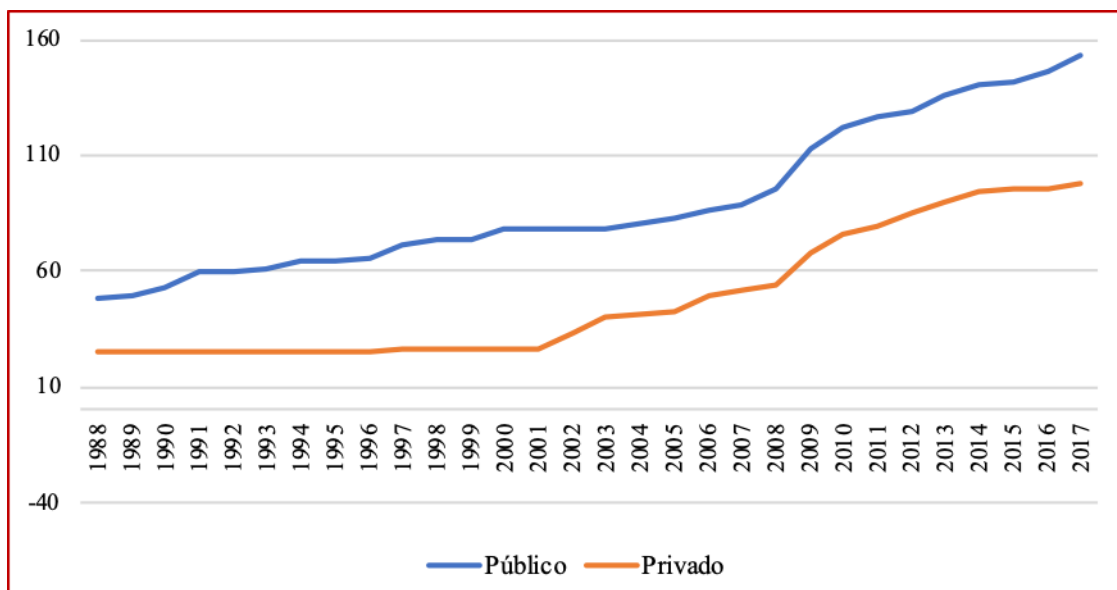
Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no Censo Superior (1995 a 2016).

Observando a evolução dos cursos superiores, no Brasil, entre 1995 e 2016, vemos que, a partir de 1998, ocorre uma expansão do número de cursos, sobretudo dos ofertados por IES privadas, como também destacou Barros (2015). Na oferta de cursos públicos, observamos uma tendência de crescimento a partir desse mesmo ano, porém, acentuando-se a partir do ano de 2009.

Como afirmou Barros (2015), iniciativas do Governo Federal, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), do Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), contribuíram para a expansão do número de cursos no Brasil, seja na rede pública de ensino superior, seja na rede privada.

Para nós, importa observar se a evolução recente do número de cursos de Ciências Sociais e Sociologia seguiu a mesma lógica.

Figura 4: Evolução do número de cursos de Ciências Sociais e Sociologia segundo a rede de ensino (pública e privada), Brasil, 1988-2017



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no e-MEC (BRASIL, 2018a).

Notamos, por meio do Gráfico 4, que o número de cursos de Ciências Sociais e Sociologia na rede privada manteve-se (27 cursos) entre 1997 e 2000. Na rede pública, em 1997, eram 74 cursos e, em 2000, observamos a existência de 78 cursos. Observamos que a ampliação do número de cursos de Ciências Sociais e Sociologia ocorreu posteriormente, se comparada com a tendência dos demais. Enquanto os cursos, em geral, apresentaram significativa ampliação a partir de 1997, os cursos de Ciências Sociais e Sociologia apresentaram incremento mais significativo a partir de 2001.

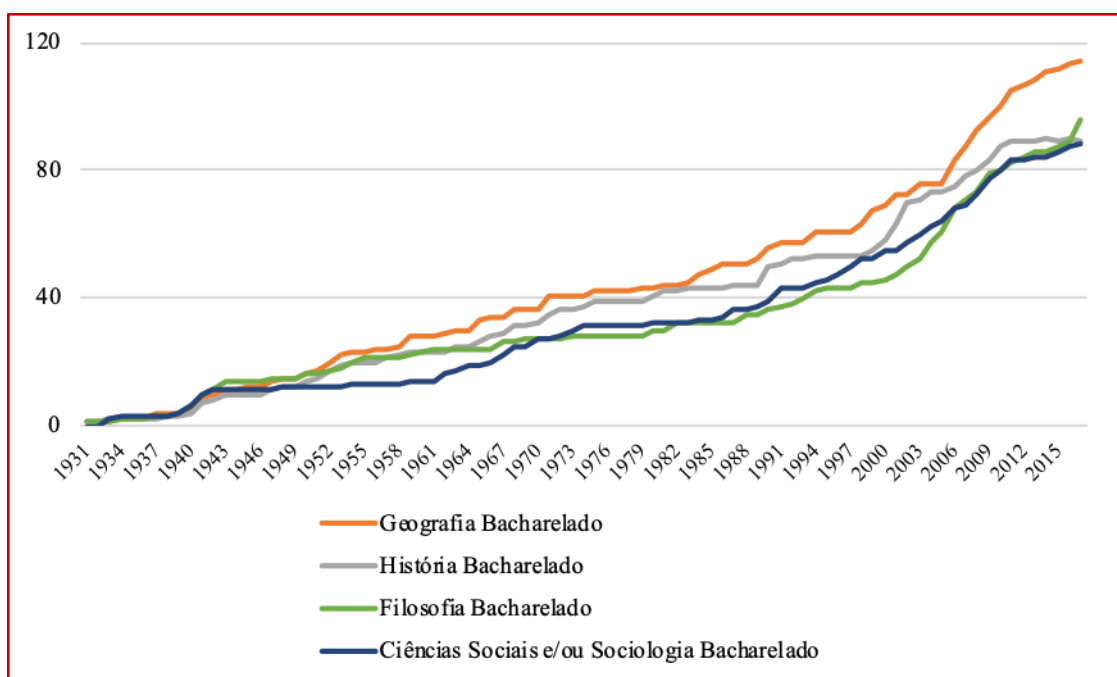
No ano de 1948, a participação das IES públicas era de 63,6% do total. Em 2017, esse percentual teve uma pequena redução, caindo para 60,9%.

Em 2001, existia a expectativa de que a disciplina de Sociologia fosse reintroduzida no ensino médio, pois isso havia sido aprovado no Congresso, por meio do projeto de lei de autoria do deputado Padre Roque (Partido dos Trabalhadores do Paraná) (BODART; AZEVEDO, TAVARES, 2020). Contudo, essa reintrodução foi vetada, sob orientação do MEC, pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, embora a Sociologia já estivesse presente, em diversos estados brasileiros, como disciplina obrigatória (BODART; AZEVEDO, TAVARES, 2020). Possivelmente, a ampliação de cursos, que se segue até o ano de 2008, tenha sido motivada pela presença da disciplina nas escolas dos estados brasileiros, havendo, assim, uma demanda por professores de Sociologia no ensino médio. A maior ampliação ocorreu a partir de 2009, ano em que a disciplina passou a ser obrigatória em todo o país.

Em 2008, o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação, Dilvo Ristoff, afirmava que seria necessário contratar 107.680 professores (NEUHOLD, 2014). Tal afirmação, certamente, foi compreendida, por um lado (setor público), como uma demanda a ser atendida e, por outro, como um nicho lucrativo (setor privado).

Buscamos observar, inicialmente, a expansão do curso de Ciências Sociais e Sociologia no grau de bacharelado em comparação com os demais cursos de Ciências Humanas presentes no ensino médio (História, Geografia e Filosofia). O Gráfico 5 apresenta esses dados.

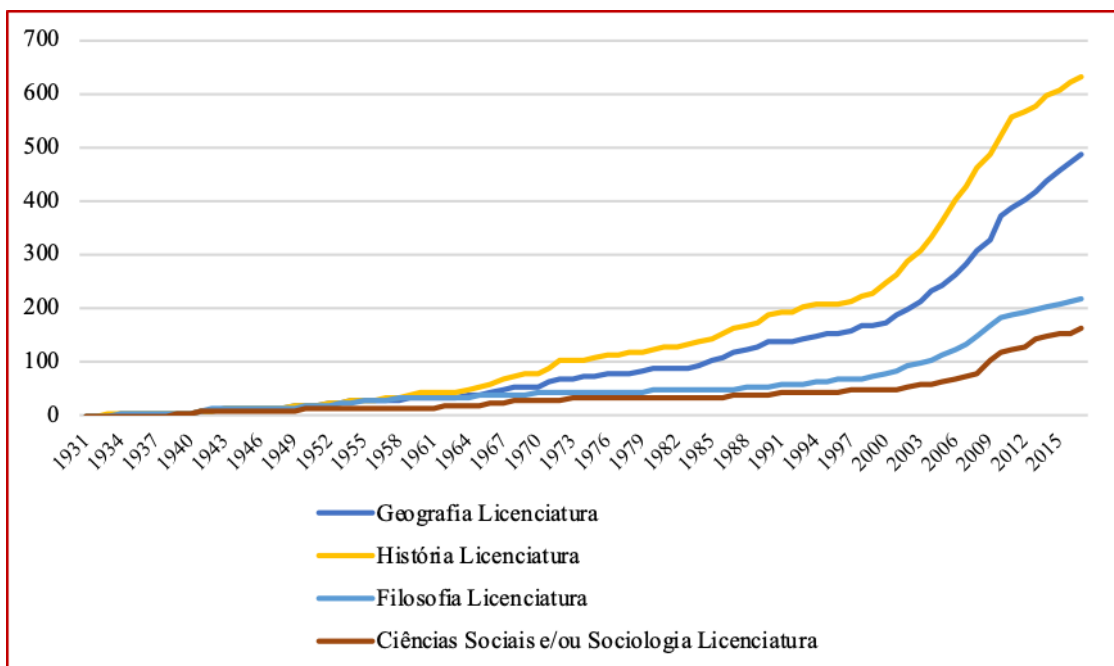
Gráfico 5: Evolução do número de cursos de bacharelado em Geografia, História, Filosofia e Ciências Sociais e Sociologia, Brasil, 1931-2017



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no e-MEC (BRASIL, 2018a).

A partir do Gráfico 6, observamos comportamento muito similar quanto à evolução do número de cursos de bacharelado. Passamos a realizar, por meio do Gráfico 6, um comparativo entre esses mesmos cursos, porém de grau de licenciatura.

Gráfico 6: Evolução do número de cursos de licenciatura em Geografia, História, Filosofia e Ciências Sociais e/ou Sociologia, Brasil, 1931-2017



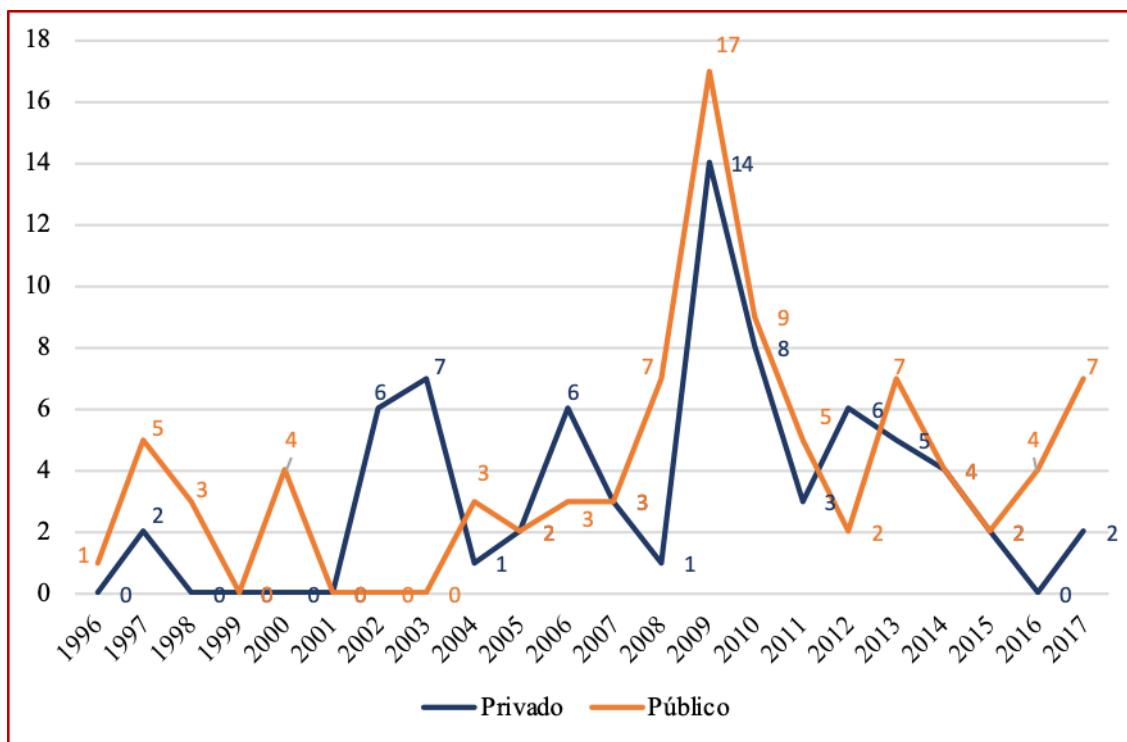
Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no e-MEC (BRASIL, 2018a).

Observando o Gráfico 6, notamos que a ampliação dos cursos de formação de professores de Geografia e de História é bem anterior ao ano de 2009, ocorrendo, sobretudo, a partir dos anos 1997, um ano após a aprovação da Lei de Diretrizes de Base da Educação (BRASIL, 1996). Já em relação aos cursos de licenciatura em Ciências Sociais e/ou Sociologia e Filosofia, podemos observar uma ampliação mais recente, expandindo-se, principalmente, a partir de 2008, quando essas disciplinas retornam ao currículo obrigatório do ensino médio brasileiro.

Esses dados evidenciam que a expansão dos cursos de formação de professores de Sociologia acompanhou uma tendência de ampliação já existente nos demais cursos. Contudo, sua ausência como componente curricular obrigatório no ensino médio brasileiro, anterior a 2008, fez com que, até aquele momento, o incremento de novos cursos de licenciatura em Ciências Sociais e Sociologia fosse tímido. Assim, constatamos que a obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio fomentou a abertura de novos cursos de formação de professores dessa disciplina.

O Gráfico 7 destaca a evolução recente da abertura de novos cursos de Ciências Sociais e Sociologia no Brasil. O recorte menor (1996 a 2017) possibilita-nos mais bem analisar os incrementos no número de cursos.

Figura 7: Evolução do número de abertura de cursos de Ciências Sociais e Sociologia em IES públicas e privadas, Brasil, 1996-2017



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados disponível no e-MEC (BRASIL, 2018a).

Observando o número de aberturas de novos cursos de Ciências Sociais e Sociologia em IES privadas, notamos que os picos ocorreram nos seguintes anos: i) em 2002 e 2003, logo após a expectativa frustrada de retorno da disciplina de Sociologia ao ensino médio; ii) em 2006, um ano após a consolidação do ProUni e a aprovação da Resolução CNE/CBE nº 4/2006, que instituiu, nas propostas curriculares do ensino médio, o “[...] tratamento interdisciplinar e contextualizado, visando ao domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania” (BRASIL, 2006). A referida resolução fomentou a publicação de novas pesquisas por trazer à tona as discussões sobre a reintrodução da disciplina de Sociologia no currículo nacional do ensino médio e; iii) em 2009, ano do efetivo retorno da disciplina de Sociologia ao currículo do ensino médio nacional, mantendo-se elevados em 2010 e voltando a crescer em 2012, um ano após a ampliação dos recursos destinados ao FIES, ação governamental que contribuiu com a ampliação de cursos de Ciências Sociais e Sociologia, como destacaram Bodart e Tavares (2018). É sintomática a expansão do número de cursos no ano posterior à reintrodução da disciplina de Sociologia no ensino médio, em 2009. Nesse ano, foram abertos 14 novos cursos na rede privada de ensino superior. Os dados expostos, relacionados aos programas de incentivos governamentais à expansão das IES, levam-nos a inferir que o crescimento do setor privado deu-se a partir da atuação

do Estado, seja tornando a disciplina de Sociologia obrigatória no ensino médio, seja fomentando diretamente a ampliação de cursos via ProUni ou FIES. Como Oliveira (2015) já havia destacado, observamos uma expansão tardia dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais e Sociologia se compararmos com o cenário mais amplo do ensino superior brasileiro. Tal incremento foi posterior à expansão das licenciaturas em Geografia e História, disciplinas que, há muito tempo, figuram no currículo obrigatório do ensino secundário brasileiro.

No caso do número de novos cursos nas IES públicas, em 1997, cinco foram criados, o que pode ter sido motivado pela introdução, na LDB de 1996, de indicativo – em seu artigo 36, parágrafo 1º, inciso III – de que o aluno, ao final do ensino médio, deveria demonstrar "[...] domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania". Em 1998, foram criados três novos cursos e, em 2000, quatro. Naquele momento, a reintrodução da disciplina de Sociologia no currículo da escola média já parecia provável. Em 2001, ainda que aprovada sua reintrodução, o projeto foi vetado. Notamos que, de 2001 até 2004, nenhum curso foi criado em IES pública. O veto presidencial à proposta de reintrodução da Sociologia pode ter sido um fator desestimulador para a abertura de novos cursos de Ciências Sociais e Sociologia. Em 2004, a abertura de novos cursos em IES públicas volta a ocorrer, tendo sido abertos 17 novos cursos no ano de efetivação do retorno obrigatório da Sociologia ao ensino médio. Ainda que nos anos seguintes tenha havido uma redução da abertura de novos cursos, eles continuaram a surgir. Tal redução justifica-se pelo fato de que, em 2017, já havia 153 cursos de Ciências Sociais e Sociologia em funcionamento, no Brasil, um volume considerável.

Não podemos olvidar que os cursos de formato 3+1 deveriam, a partir de 2001, adequar-se ao parecer CNE/CES nº 492/2001 (BRASIL, 2001), voltado para a reestruturação curricular dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Tais cursos deveriam ser ofertados nos graus de bacharelado ou licenciatura, como dois cursos distintos, tendo sido recomendado o fim dos cursos de formato 3+1, de dupla habilitação. A partir de então, as instituições tiveram que optar por um dos graus ou manter dois cursos distintos em funcionamento. Essa situação, somada à maior demanda no mercado por licenciados e à pouca absorção de bacharéis, explica, ainda que em parte, a abertura de novos cursos direcionados à formação de professores, sobretudo em IES privadas, onde a análise de custo-benefício⁵ tende a ser um fator determinante na escolha dos cursos que serão ofertados.

⁵ A oferta de cursos por IES privadas tendem a acompanhar a demanda momentânea do mercado. A reintrodução da disciplina de Sociologia no ensino médio, ao ampliar a contratação de professores de Sociologia, tornou mais lucrativa a abertura de licenciaturas em Ciências Sociais ou em Sociologia

É possível concluir que, isoladamente, a variável "reintrodução de disciplina" não dá conta de explicar a expansão dos cursos de Ciências Sociais e Sociologia, uma vez que esta ocorreu, igualmente, nos cursos superiores em geral e em cursos de formação de professores de Ciências Humanas.

É importante considerar o contexto mais amplo da educação superior para entender a expansão dos cursos de formação de professores de Sociologia. Entre 2003 e 2007, foram criadas oito universidades federais em diversos estados. Entre 2007 e 2015, foram criadas mais seis universidades federais, o que se deu por meio do Reuni, além da interiorização dos *campi*, o que fez com que o número de municípios atendidos pelas universidades federais passasse de 114, em 2003, para 237, no ano de 2011 (BARROS, 2015). Ainda que concordemos com Barros (2015), ao afirmar que as iniciativas governamentais foram insuficientes para resolver os problemas de acesso ao ensino superior, notamos que a participação das universidades públicas no total dos cursos de Ciências Sociais e Sociologia é bem maior (153) se comparada com o número de cursos (98) na rede privada, evidenciando o papel da atuação direta do Estado na atual configuração do número de cursos de formação de professores de Sociologia.

Os incentivos governamentais às IES privadas, via ProUni e FIES, foram elementos que estimularam o setor privado a abrir novos cursos, nos últimos anos (BARROS, 2015), o que também aconteceu com os cursos de Ciências Sociais e Sociologia (BODART; TAVARES, 2018). No caso dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais e Sociologia, observamos que a reintrodução da disciplina de Sociologia no ensino médio soma-se a esses elementos, assim como a definição do currículo das licenciaturas e o fim, por meio de resolução do MEC, da abertura de cursos de formato 3+1. Esses fatores, em conjunto, colaboraram para que a paridade entre o número de cursos de bacharelado e licenciatura deixasse de existir, passando a predominar cursos de formação de professores de Sociologia (ver Tabela 7).

Tomando, aleatoriamente, como exemplo, os projetos pedagógicos de diferentes cursos de licenciatura em Ciências Sociais (UNESC, 2009; UFRB, 2013; UNIRIO, 2013; UNILAB, 2016; UPE, 2016) ou em Sociologia (UFES, 2009; UEPB, 2016; UNEMAT, 2016), criados a partir de 2009, notamos que as justificativas para essa criação estão relacionadas a três aspectos. São eles: i) ampliação da demanda por professores desencadeada pelo retorno da Sociologia no currículo do ensino médio; ii) incentivos e/ou propostas do MEC para ampliar os cursos de licenciatura e; iii) legislação, que indica que o curso de licenciatura seja autônomo em relação ao de bacharelado.

A recente expansão do ensino superior ampliou o acesso das camadas populares a esse nível de ensino. Se, nas décadas de 1930 e 1940, os cursos estavam voltados à elite política e burocrática brasileira (SILVA; SILVA, 2012; PINTO, 2012), esse perfil vem mudando nas últimas décadas.

Dentre os desafios atuais que os cursos de formação de professores enfrentam, destacamos a pouca atração de novos alunos, o que pode estar relacionado, entre outros fatores, aos baixos salários e às precárias condições do trabalho docente. No caso da formação de professores de Sociologia, soma-se a instabilidade da presença da disciplina no ensino médio. Se a reintrodução da disciplina de Sociologia no ensino médio, como componente curricular obrigatório, colaborou para a expansão dos cursos, por abrir novos postos de trabalho, a manutenção da disciplina possibilitará o acesso dos jovens às Ciências Sociais durante o ensino médio, elemento colaborativo à atração de novos alunos para a licenciatura de Ciências Sociais ou Sociologia. Para isso, precisamos investir na qualidade da oferta da disciplina no ensino médio para que a experiência dos secundaristas seja positiva.

A Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018 que instituiu a Base Curricular Nacional (BNCC) (BRASIL, 2018b), traz novos desafios, sobretudo, por propor uma atuação docente a partir da interdisciplinaridade no interior da área que ficou denominada como “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” (integrada pela Geografia, História, Sociologia e Filosofia), o que não dialoga com o modelo de formação docente que temos hoje. Ainda é cedo para inferir se os cursos adequar-se-ão às propostas da BNCC ou se haverá resistências à tendência de “desdisciplinarização” do currículo em curso, como apontaram Bodart e Feijó (2020).

Considerações finais

Ainda que uma categorização histórico-cronológica seja problemática, por seu aspecto reducionista, ela, quase sempre, se apresenta como bastante didática. Isso considerado, arriscamos afirmar que a história dos cursos de Ciências Sociais e Sociologia, no Brasil, é marcada por três momentos distintos. Um primeiro, entre as décadas de 1930 e 1940, voltado à formação de técnicos capazes de colaborar com os rumos do projeto de modernização brasileira daquele momento. Um segundo, delimitado entre os anos de 1950 e 2008, marcado pela preocupação com a formação de pesquisador. E um terceiro momento, situado entre os anos de 2009 e 2017, voltado, majoritariamente, à formação de professores de Sociologia para a escola básica.

O primeiro período estava emerso no contexto do projeto de modernização (e burocratização) brasileira, em seus aspectos econômicos e políticos. As Ciências Sociais marcaram presença entre as elites políticas e burocráticas paulista e carioca. Os cursos tinham a proposta de formar, prioritariamente, profissionais para os quadros técnicos (PINTO, 2012), embora, em São Paulo, os egressos atuassem, em sua maioria, nas escolas normais (MICELI, 1987). A partir dos anos de 1950, ainda que os cursos também formassem professores para o ensino básico, estes estiveram

voltados, principalmente, para a formação de bacharéis. Vale ressaltar que, nesse período, a Sociologia não figurava como uma disciplina escolar obrigatória, sendo escassos os espaços no mercado de trabalho para o licenciado, levando tais cursos a se voltarem, inicialmente, para a docência superior e, sobretudo, a partir de 1964, para a pós-graduação (SEGATTO; BARIANI, 2010). Com a expansão gradativa da demanda por professores no ensino médio, a partir dos anos de 2009, e com os incentivos estatais à formação de professores e à expansão do ensino superior, os cursos de Ciências Sociais e Sociologia passaram a ser ofertados em maior quantidade no grau de licenciatura. A recente mudança na oferta dos cursos de Ciências Sociais ainda não está consolidada, pois está dependendo dos desdobramentos das políticas de incentivo à formação de professores e à permanência da Sociologia, no ensino médio, enquanto componente curricular obrigatório. A ampliação de licenciaturas não é, necessariamente, uma predominância de cursos que se voltam prioritariamente para a formação de professores, haja vista que o perfil dos docentes universitários dos cursos de Ciências Sociais é resultado do modelo de formação das décadas anteriores, ou seja, as licenciaturas em Ciências Sociais ou em Sociologia não são, necessariamente, centradas na formação docente, muitas vezes, não se diferenciando dos cursos de bacharelados em Ciências Sociais. Soma-se a isso o interesse de muitos alunos em prolongar seus estudos visando ganhos simbólicos (títulos escolares) e financeiros (bolsas de mestrado e doutorado), além de uma perspectiva de inserção nos quadros da docência superior, onde os salários, geralmente, são mais atrativos.

A recente ampliação do volume de cursos de licenciatura em Ciências Sociais e em Sociologia está relacionada, ao menos, a três fatores: i) reintrodução da disciplina de Sociologia no currículo nacional de ensino médio; ii) incentivos financeiros do governo por meio de programas de bolsas, expansão das universidades federais e isenção fiscal das IES privadas e; iii) legislação federal de regulamentação do formato curricular dos cursos superiores, o que fortaleceu as licenciaturas. Apesar dessa evolução dos cursos de licenciatura, muitos apresentam desafios de adequar seus currículos às exigências legais, especialmente, quanto à ampliação das disciplinas pedagógicas.

Os dados apresentados nesta pesquisa, bem como as análises realizadas colaboram para a compreensão da sua evolução e, especialmente, para o entendimento dos contextos de reconfiguração da oferta dos cursos de Ciências Sociais e Sociologia no Brasil.

Referências

ALMEIDA NETO, Manoel de. Dilemas e desafios relativos à permanência e profissionalização de estudantes pobres no ensino superior: o caso dos alunos de Ciências Sociais. *Anais 33º Congresso Anual da ANPOCS*, 2009. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt17-19/1953-manoelneto-dilemas/file>. Acesso em: jul. 2019.

ALVES, Eva Maria Siqueira; COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. Aspectos históricos da Cadeira de Sociologia nos estudos secundários (1892-1925). *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 12, pp. 97-111, jul./dez., 2006.

ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)*. 2005. 318f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/10576/1/O%20Atheneu%20Sergipense%20%28tese%29.pdf>. Acesso em: ago. 2019.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 131, pp. 361-390, abr.-jun., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00361.pdf>. Acesso em: abr. 2018.

BODART, Cristiano das Neves; AZEVEDO, Gustavo Cravo; TAVARES, Caio dos Santos. Ensino de Sociologia: processo de reintrodução no ensino médio brasileiro e os cursos de Ciências Sociais/Sociologia (1984-2008). *Debates em Educação*, Maceió, v. 12, n. 24, pp. 214-235, mai./ago., 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8964>. Acesso em: ago. 2020.

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. O ensino de Sociologia no século XIX: experiências no estado do Amazonas (1890-1900). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. No prelo, 2020.

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. As Ciências Sociais no currículo do ensino médio brasileiro. *Revista Espaço do Currículo*, (on-line), João Pessoa, v. 13, n. 2, pp. 219-234, maio/ago., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51194>. Acesso em: ago. 2020.

BODART, Cristiano das Neves; MARCHIORI, Cassiane da C. Ramos. Fundamentos do ensino de sociologia católica em uma escola normalista pública em 1935. *Cadernos Eletrônicos de Ciências Sociais*, v. 3, n. 2, pp. 18-38. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/13653>. Acesso em: mai. 2018.

BODART, Cristiano das Neves; SILVA, Roniel Sampaio. Um “raio-X” do professor de Sociologia brasileiro: condições e percepções. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 2 n. 22, pp. 197-233, jul./dez., 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235745>. Acesso em: abr. 2018.

BODART, Cristiano das Neves; SOUZA, Ewerton Diego de. Configurações do ensino de sociologia como um subcampo de pesquisa: análise dos dossiês publicados em periódicos acadêmicos. *Revista de Ciências Sociais UNISINOS*, v. 53, n. 3, pp. 543-557, set./dez., 2017. Disponível em:

http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2017.53.3.14/6454. Acesso em: abr. 2018.

BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. Programas de fomento a expansão do Ensino Superior e oferta de cursos de Ciências Sociais no Brasil (1999-2017). *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (CABECS)*, v. 2, n. 1, pp. 7-29, jan./jul., 2018. Disponível em:

<https://abecs.com.br/revista/index.php/cabecs/article/view/135>. Acesso em: fev. 2019.

BODART, Cristiano das Neves. Fragmentos de Sociologia pré-acadêmica no ensino normalista de 1935. *Em Debate (UFSC)*, Florianópolis, v. 13, pp. 30-51, 2015.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2015n13p30>. Acesso em: mai. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *CNE/CES 492/2001*. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Ministério da Educação, Brasília, 2001. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: mai. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CBE, nº 4 de 2006*.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb04_06.pdf. Acesso em: jul. 2019.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969*. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Brasília: Diário Oficial da União, 1969.

BRASIL. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Brasília: Congresso Nacional, 1968.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: set. 2020.

BRASIL. *E-Mec*. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Brasília, Ministério da Educação, 2018a. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: abr. 2018a.

BRASIL. *Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018*. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica. Brasília, Ministério da Educação, 2018b. Disponível em:

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55640296. Acesso em: set. 2020.

CANDIDO, A. A sociologia no Brasil. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, pp. 271-301, jun., 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12503/14280>. Acesso em: abr. 2018.

CIGALES, M. P. *A Sociologia Católica no Brasil (1920-1940): análise sobre os manuais escolares*. 2019. 313f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7647039. Acesso em: ago. 2020.

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Construção do conhecimento, metodologia e prática profissional nas Ciências Sociais*. Universidade Federal de Pelotas, 2016. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/ifisp/files/2017/05/O-PERFIL-SOCIOECONOMICO-E-CULTURAL-BACHARELADO.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980. 147p.

MEUCCI, Simone. *A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. 2000. 157f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia, Ciências e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000. Disponível em:

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_499c218e71f9df9d17ee6946376b47c9. Acesso em: ago. 2020.

MICELI, Sergio. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2, n. 5, pp. 5-26, 1987. Disponível em:

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_01.htm. Acesso em: abr. 2018.

MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, Sergio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Vértice/IDESP/FINEP, 1989, pp. 72-110.

MONTEIRO, Lorena Madruga. A cultura escolar católica da Cátedra de Sociologia nos primórdios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 115, pp. 453-469, abr.-jun., 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v32n115/v32n115a12.pdf>. Acesso em: abr. 2018.

MORAES, Amaury Cesar; BODART, Cristiano das Neves. *Habilitação de professores de Sociologia do ensino básico: notas sobre equívocos*. Site da Associação Brasileira de Ciências Sociais (ABECS), 2017. Disponível em: <https://abecs.com.br/habilitacao-de->

[professores-de-sociologia-do-ensino-basico-notas-sobre-equivocos/](#). Acesso em: abr. 2018.

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 1, pp. 5-20, abr., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n1/v15n1a01.pdf>. Acesso: mai. 2018.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. Positivismo e ensino de Sociologia: notas sobre as propostas de Benjamin Constant para o ensino secundário e as escolas normais nos primeiros anos da República. *Saberes em Perspectiva*, v. 3, pp. 15-28, set./dez., 2013.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. *Sociologia do ensino de Sociologia: os debates acadêmicos sobre a constituição de uma disciplina escolar*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-17112014-113744/pt-br.php>. Acesso em: abr. 2018.

OLIVEIRA, Amurabi. Cenários, tendências e desafios na formação de professores de Ciências Sociais no Brasil. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 14, n. 31, pp. 39-62, set./dez., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2015v14n31p39/31520>. Acesso em: jun. 2019.

PARANÁ. Regulamento de ensino do Gymnasio Paranaense, de 18 de outubro de 1891. In: *A República*, 20 de out. de 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&PagFis=879&Pesq=Sociologia>. Acesso em: ago. 2019.

PINTO, Luiz A. Costa. Estudos sociais e a mudança social no Brasil. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 3, pp. 279-305, set., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sant/v2n3/2238-3875-sant-02-03-0279.pdf>. Acesso em: abr. 2018.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do Regime Militar. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, pp. 291-312, set./dez., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>. Acesso em: abr. 2018.

SEGATTO, José; BARIANI, Edison. As Ciências Sociais no Brasil: trajetória, história e institucionalização. *Revista em Pauta*, v. 7, n. 25, pp. 201-213, jun., 2010. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2922/2086>. Acesso em: abr. 2018.

SILVA, Cinthia Lopes da Silva; SILVA, Rogério de Souza. A institucionalização das ciências sociais no Brasil: percalços e conquistas. *Impulso*, Piracicaba, v. 22, n. 54, pp. 97-106, mai.-ago., 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/579/1015>. Acesso em: abr. 2018.

- UEPB. Universidade Estadual da Paraíba. *Projeto Político Pedagógico do curso licenciatura em Ciências Sociais*. 2016. Disponível em: <http://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/download/0129-2016-PPC-Campus-I-CEDUC-Sociologia-ANEXO.pdf>. Acesso em: set. 2020.
- UFRB. Universidade Federal do Recôncavo Baiano. *Projeto Político Pedagógico do curso licenciatura em Ciências Sociais*. 2013. Disponível em: https://ufrb.edu.br/licciso/images/Documentos/PPC/PPC_Licenciatura_Ciso_Vers%C3%A3o_Atual.pdf. Acesso em: set. 2020.
- UFSM. Projeto Político Pedagógico do curso licenciatura em Ciências Sociais. 2009. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/ciencias-sociais/projeto-pedagogico>. Acesso em: set. 2020.
- UNEMAT. Universidade do Estado de Mato Grosso. *Projeto Político Pedagógico do curso licenciatura em Sociologia*. 2016. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/3_1_Curso_de_Sociologia_-_Medio_Araguaia.pdf. Acesso em: set. 2020.
- UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. *Projeto Político Pedagógico do curso licenciatura em Ciências Sociais*. 2009. Disponível em: [http://www.unesc.net/portal/resources/files/266/ppc_final_\(1\).pdf](http://www.unesc.net/portal/resources/files/266/ppc_final_(1).pdf). Acesso em: set. 2020.
- UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. *Projeto Político Pedagógico do curso licenciatura em Ciências Sociais*. 2016. Disponível em: <https://sig.unilab.edu.br/sigaa/verProducao?idProducao=241276&&key=988bce21747928b55c20926d296d99fa>. Acesso em: set. 2020.
- UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. *Projeto Político Pedagógico do curso licenciatura em Ciências Sociais*. 2013. Disponível em: <http://www.unirio.br/cch/cienciassociais/sobre-o-curso/projeto-pedagogico/projeto-pedagogico-licenciatura-ciencias-sociais>. Acesso em: set. 2020.
- UPE. Universidade de Pernambuco. *Projeto Político Pedagógico do curso licenciatura em Ciências Sociais*. 2016. Disponível em: http://www.upe.br/anexos/graduacao/PROJETO_DO_CURSO_Ciencias_Sociais_PC_C.pdf. Acesso em: set. 2020.
- ZACHARIAS, Mariana Rocha. *Espaços e processos educativos do Ginásio Paranaense: os ambientes especializados e seus artefatos (1904-1949)*. 2013. 187f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/31217>. Acesso em: set. 2020.

Recebido em: 31/10/2019
Aceito em: 28/08/2020

Cristiano das Neves Bodart

Graduado em Ciências Sociais (Centro Universitário São Camilo). Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Centro de Educação (CEDU) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Alagoas. Áreas de interesse: Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, História do ensino de Ciências Sociais/Sociologia e ensino de Ciências Sociais e da Sociologia escolar. Contato: cristianobodart@gmail.com

Caio dos Santos Tavares

Graduado em Ciências Sociais (Universidade Federal de Alagoas). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Universidade Federal de Alagoas (PPGS-UFAL). Áreas de interesse: Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e ensino de Ciências Sociais e da Sociologia escolar. Contato: caiotavares@hotmail.com